

Este trabalho consiste no estudo da população brasileira de 10-17 anos de idade no que se refere, principalmente, à sua situação de trabalho, buscando compreender quem são estas crianças e adolescentes trabalhadores, quais as atividades que desempenham, quanto recebem por seu trabalho, qual a sua relação com a escola e como a legislação os definiu ao longo do tempo. A base metodológica desta análise apoia-se nas estatísticas oficiais de emprego fornecidas pelos Censos Demográficos, e pela Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD), realizada anualmente baseada numa amostra de 25% do Censo Demográfico, além de estudos qualitativos acerca desta problemática, objetivando não somente conhecer a realidade atual, como também a transformação ocorrida no decorrer dos anos. Os dados de 1990 revelaram a existência de 7,5 milhões de crianças e adolescentes trabalhando no Brasil, constituindo parte significativa da força de trabalho. Atuam nas zonas urbanas e rurais, nas ocupações formais, informais e clandestinas. Percebe-se a existência de um discurso social baseado no princípio de que o trabalho é melhor para essas crianças e adolescentes face às suas condições socio-econômicas; porém na maioria dos casos, exercem atividades pouco remuneradas, repetitivas e sem vistas à profissionalização.